



UNIESP – CENTRO UNIVERSITÁRIO
ARQUITETURA E URBANISMO

GLEYDSON KELVEN MACÊDO DA CUNHA

Análise de causa e efeito sobre o projeto do Parque Ecológico Sanhauá proposto
pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB

CABEDELO – PB

2020

GLEYDSON KELVEN MACÊDO DA CUNHA

**Análise de causa e efeito sobre o projeto do Parque Ecológico Sanhauá
proposto pela Prefeitura Municipal de João pessoa – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Arquitetura e Urbanismo do
UNIESP - Centro Universitário, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.
Orientadora: Prof. Nirvana de Sá

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Dra. Nirvana Rafael de Sá
(Orientadora - UNIESP)

Marcela Dimenstein
(Examinador Interno – UNIESP)

Diego Franca
(Examinador Externo)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado

C972a Cunha, Gleydson Kelven Macêdo da.

Análise de causa e efeito sobre o projeto do Parque Ecológico Sanhauá proposto pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB [recurso eletrônico] / Gleydson Kelven Macêdo da Cunha. – Cabedelo, PB: [s.n.], 2020.
60 p.

Orientador: Prof.^a Ma. Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá.
Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UNIESP Centro Universitário.

1. Arquitetura - Moradia. 2. Moradia popular. 3. Desapropriação. 4. Projeto – Parque ecológico. 5. Parque ecológico sanhauá. I. Título.

CDU: 72

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar bem, por ter me dado esta oportunidade incrível de cursar arquitetura e urbanismo, e por todas as maravilhas que tem feito em minha vida.

Agradeço aos meus pais por estarem sempre me apoiando, Germano Pessoa e Michely Andrade, e por todo seu amor e carinho para comigo. Se não fosse por intermédio de Deus e o esforço deles eu nunca teria chegado onde cheguei.

Agradeço a todas as pessoas que se fizeram presentes durante esses anos, em especial a todos que fazem parte do UNIESP, professores, coordenadores, funcionários e colegas do curso de Arquitetura e Urbanismo.

À professora Nirvana de Sá que me orientou desde o início deste novo ciclo que foi o TCC, agradeço todo o incentivo, a paciência, as críticas e todos os elogios. E de antemão por toda a contribuição ao meu trabalho. Certeza de que as dicas e conselhos valiosos que me foram dados servirão ao longo de toda a minha trajetória.

Aos amigos que fiz ao longo do curso. Amizades essas que foram de suma importância para mim, o enorme carinho fizeram toda a diferença, fora o companheirismo e a paciência. Agradeço especialmente a Arthur Sales, Fabiola Costa, Fillipe Azevedo, Mateus Henrique Maia e Nelciellen Oliveira.

RESUMO

Instituída nos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira (1988), a moradia é um direito de todos e todas, mas infelizmente nem todos possuem condições de desfrutar desta condição. Uma solução bastante utilizada, e que lamentavelmente é vista como algo comum no tempo em que vivemos, é a apropriação indevida de locais que não possuem infraestrutura adequada. Assim surgem as comunidades, também chamadas de favelas, onde vivem famílias que em algum momento podem ou não ser removidas ou simplesmente despejadas de suas casas. Como foi o caso do Porto do capim, uma comunidade ribeirinha localizada às margens do Rio Sanhauá em João Pessoa, comunidade esta que teve sua formação na década de 1950. A Prefeitura Municipal de João Pessoa propôs o projeto de um parque ecológico com intenção de “revitalizar” o centro histórico da cidade, e como se imagina, para que o projeto pudesse ser efetivado a comunidade teria que ser removida. Neste trabalho, portanto, analisam-se as causas e efeitos da possível implantação deste projeto, as quais vão desde a remoção das inúmeras famílias aí residente com a demolição de suas casas, até a construção de algo que não traz benefício algum para essas pessoas. Apresenta-se ainda que, em contrapartida a este projeto realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, existem outros projetos alternativos que poderiam ser idealizados, projetos esses que respeitariam a memória afetiva dessas pessoas.

Palavras-chave: moradia, comunidade, projeto, parque ecológico.

ABSTRACT

Instituted in the fundamental principles of the Brazilian Federal Constitution (1988), housing is a right of everyone, but unfortunately not everyone has the conditions to enjoy this condition. A widely used solution, which unfortunately is seen as something common in our times, is the misappropriation of places that do not have adequate infrastructure. This is how communities, also called slums, emerge, where families live who at some point may or may not be removed or simply evicted from their homes. As was the case with the Porto do Capim, a riverside community located on the banks of the Sanhauá River in João Pessoa, a community that was formed in the 1950s. The City Hall of João Pessoa proposed the project of an ecological park with the intention of "revitalizing" the historic center of the city, and as one imagines, for the project to be effective the community would have to be removed. In this work, therefore, the causes and effects of the possible implementation of this project are analyzed, ranging from the removal of the countless families living there with the demolition of their houses, to the construction of something that does not bring any benefit to these people. It is also presented that, in contrast to this project carried out by the City Hall of João Pessoa, there are other alternative projects that could be idealized, projects that would respect the affective memory of these people.

Keywords: housing, community, project, ecological park.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Metodologia do trabalho.....	8
CAPITULO 1	10
PORTO DO CAPIM, UMA HISTÓRIA QUE TRANSCENDE DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS	10
CAPITULO 2	19
A HISTÓRIA DE UM PARQUE ECOLÓGICO	19
2.1. Vontade antiga.....	21
2.2. Parque Ecológico Sanhauá.....	24
CAPÍTULO 3	29
Projetos Alternativos para o Porto do Capim.....	29
3.1. Projeto quer declarar Porto do Capim como Patrimônio Histórico da Paraíba.....	47
3.2. Abrace o Porto do Capim. Uma experiência de extensão universidade – comunidade	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal Brasileira, datada no ano de 1988, é estabelecido em seu título II¹ os direitos e garantias fundamentais. Em seu sexto fundamento é dito que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, s/p).

Diante do cenário atual do Brasil, mesmo tendo direito à moradia, não são todos que têm acesso. Uma das soluções mais utilizadas por essas pessoas está na apropriação indevida em locais que não possuem ou tem alguma deficiência de infraestrutura.

De acordo com a definição do IBGE (2010) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - favela se trata de um “aglomerado subnormal, que consiste em uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – público ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular (contando no mínimo 51 habitações), carência dos serviços públicos essenciais, e localização em áreas restritas à ocupação”.

Em pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, o número de pessoas morando em favelas no Brasil consiste em 11,4 milhões. As pessoas que vivem em favelas estão sujeitas a vários fatores que podem afetar a sua permanência dependendo da localidade, a falta de estrutura nas casas, que pode ocasionar uma série de consequências, como por exemplo, o desmoronamento da casa, em consequência de fortes chuvas, o índice de criminalidade, a falta de saneamento básico, falta de assistência médica, entre outros.

Esses fatores geram preocupações e a remoção é um dos meios utilizados pelo Estado para resolver esse problema inerente às sociedades, ou seja, a retirada desses moradores para outras áreas. Entretanto há casos em que não só são necessárias, como são viáveis outras medidas, como, por exemplo, os planos de reurbanização destas áreas. Dentre os diversos projetos realizados no Brasil podemos citar como exemplo o plano popular, previsto para a comunidade da Vila Autódromo no ano de 2016, situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. No entanto, infelizmente a remoção das comunidades por parte do poder público continua sendo prática comum em várias cidades brasileiras e, dentre estas a cidade de João

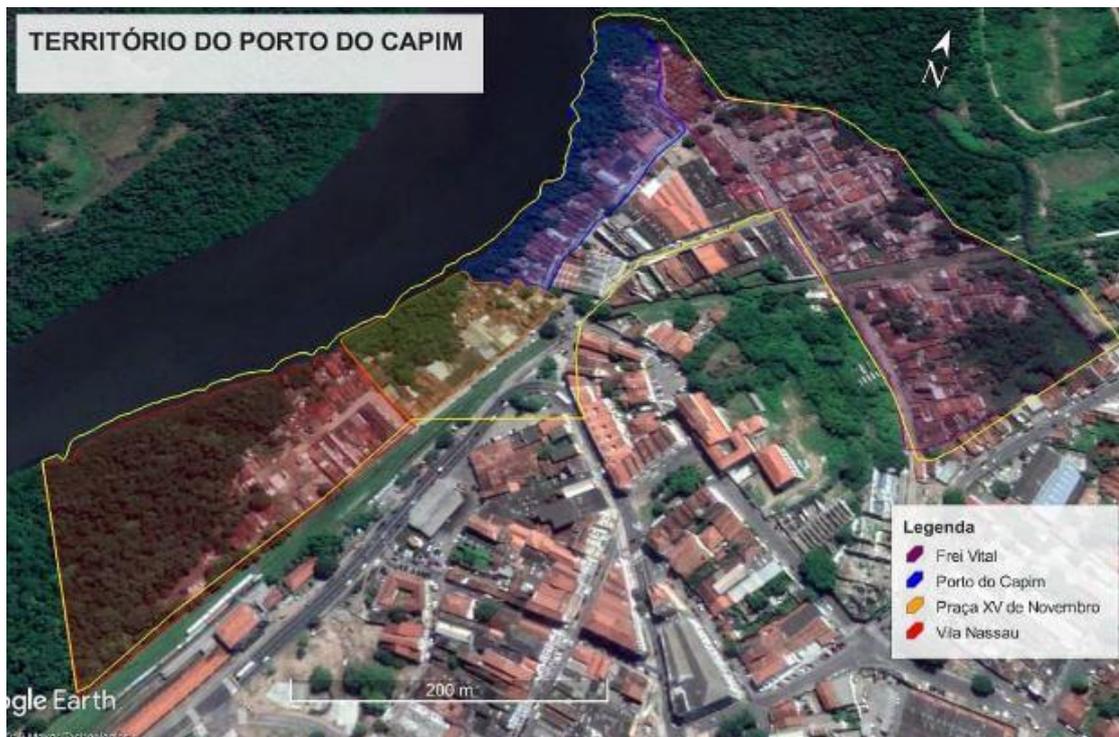
Pessoa, mais particularmente a comunidade do Porto do Capim, a qual vem passando, desde o ano de 2009 por um processo de ameaça de remoção por parte do poder público. É exatamente este caso que pretendemos analisar ao longo deste trabalho.

Segundo o FAC – Biblioteca do IBGE (2002) – existem na Região Metropolitana¹ de João Pessoa, 167 “aglomerados subnormais”, com 43.963 domicílios, dos quais 106 aglomerados com 24.735 domicílios situam-se no município de João Pessoa. Dentre as comunidades que estão no município, se destacam 08 que estão localizadas no Varadouro – PB, ou seja, na área central da cidade, a exemplo da comunidade Nova II, Feira Mulungu, Frei Vital, Vila Nassau, Porto do Capim, Vila Caiapu e Vila União I.

Dentre estas, destaca-se a comunidade do Porto do Capim (Ver Mapa 01). Conforme Araújo (2006, p. 21) estando situada na parte baixa do Bairro do Varadouro, o Porto do Capim representa a localidade mais antiga da cidade de João Pessoa, portanto, era a única centralidade até a década de 1960, quando se iniciou o processo de expansão da cidade. Observa-se, a partir de estudos bibliográficos, que desde a década de 1950, essa área passou a ser ocupada por populações de baixa renda.

¹Municípios que compõem a região Metropolitana de João Pessoa: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto, Santa Rita.

MAPA 1 – Área de estudo.



Fonte: Porto do Capim em Ação, 2019. Disponível em:
 <<https://www.instagram.com/portodocapim/?hl=pt-br>>.

No mapa acima observa-se o território que pertence a comunidade, o qual é dividido em quatro áreas, as Comunidade Frei Vital, Porto do Capim, Vila Nassau, e também a Praça XV de Novembro. O mapa utilizado foi feito pela equipe do “Porto do Capim em Ação”, grupo voluntário criado por moradores a fim de proteger a comunidade do Porto do Capim contra ações vindas da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Como se pode observar, o Porto do Capim é uma comunidade ribeirinha localizada às margens do Rio Sanhauá, rodeado de uma vegetação de mangue e, portanto, sujeita a alagamentos por conta das cheias da maré, e principalmente em tempos chuvosos. O Porto do Capim como um todo se subdivide em 02 comunidades, denominadas Vila Nassau e Porto do Capim, conforme se pode observar no mapa acima. Segundo Gonçalves (2019)², existem mais de 500 famílias residindo na comunidade.

² <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/a-comunidade-do-porto-do-capim-e-a-sua-luta/>

Na pesquisa utiliza-se o termo Comunidades por considerar o conceito que melhor traduz as relações que existem entre os seus moradores, tendo em vista a permanência de numerosas famílias na área, envolvendo até cinco gerações. São núcleos que, segundo ARAÚJO (2006) estão assentados há mais de 50 anos, apresentando características de favelas urbanas, quais sejam, moradias sem infraestrutura básica (mais de 50 domicílios – o que configura o conceito de aglomerado subnormal para o IBGE, conforme afirmado anteriormente), e insalubridade ambiental.

Todavia, de acordo com Araújo (2006) a população se declara como moradores de comunidades, seja a Vila Nassau, seja a do Porto do Capim, e rejeitam a expressão favelas/favelados – estigma social a que são submetidos os moradores em áreas assim caracterizadas. Inclusive nas publicações feitas pelos próprios moradores da comunidade eles sempre usam esse termo, o termo “comunidade”.

O turismo tem sido um importante transformador econômico em diversos países, no Brasil não seria diferente. É de fácil entendimento que ele ajuda na geração de empregos, promove a inclusão social, dentre outras coisas.

A cidade de João Pessoa está em constante avanço em aspectos turísticos. Segundo uma pesquisa realizada pelo veículo de imprensa ‘G1³’ Paraíba, no ano de 2019 a prefeitura do Município propôs um projeto com a intenção de “revitalizar” o Centro Histórico da cidade e viabilizar ainda mais o turismo na região. O termo “revitalizar” não se enquadra, pois dá a entender que o Centro Histórico da cidade não tem vida, o que não é verdade. O termo correto seria “reabilitar”, ou seja, transformá-lo no que ele já foi antes, mas sem que perca a sua originalidade. Tal projeto, para ser efetivado, removeria a comunidade do Porto do Capim, que como citado acima, reside na região desde a década de 1950, os quais manifestaram inconformidade para com a proposta da prefeitura.

A partir deste entendimento inicial, a proposta do trabalho aqui apresentado é fazer uma análise sobre a viabilidade desse projeto, que leva o nome de ‘Parque Ecológico Sanhauá’. Deste modo, esse trabalho tem como objetivo geral analisar o projeto proposto pela prefeitura do Município de João Pessoa para a comunidade do Porto do Capim e identificar as possíveis consequências na retirada de pessoas para a efetivação do projeto.

³ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>

O objetivo geral divide-se em três objetivos específicos:

- Apresentar a situação atual da área do Porto do Capim.
- Analisar o projeto proposto pela prefeitura de João Pessoa.
- Identificar os efeitos causados pela implantação do Parque Ecológico Sanhauá.

Embasado neste cenário, a escolha pelo tema proposto, qual seja, “Análise de causa e efeito do projeto do Parque Ecológico Sanhauá” proposto pela prefeitura Municipal de João Pessoa, é justificado pela necessidade de demonstrar que como profissionais em Arquitetura e Urbanismo, temos que pensar a ‘cidade para as pessoas’, e que ao invés de pensar em remover as pessoas dos seus lugares de origem, temos que buscar alternativas para melhor resolução dos problemas.

1.1. Metodologia do trabalho

A metodologia adotada para a pesquisa atenta em três módulos, fazendo assim a construção de um plano de trabalho voltado para avaliar o projeto de parque ecológico e sua viabilidade. Os módulos para elaboração do plano de trabalho estarão explicados abaixo.

O primeiro módulo da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico e a leitura de obras que se encaixassem com o tema proposto. Tendo como objetivo organizar o conhecimento sobre o tema. Em especial a dissertação de Vera Lúcia Araújo (2006) que trata das transformações na paisagem do Porto do Capim ao longo do tempo, e a dissertação de Nirvana Rafael de Sá (2009) que trata da cidade da Parahyba e o Movimento Higienista.

Dentre as referências bibliográficas utilizadas destacamos o livro ‘Viva a Vila Autódromo: O plano popular e a luta contra a remoção (2018)’ de autoria de Giselle Tanaka, Fabricio Leal, Fernanda Sánchez, Regina Bienenstein, Glauco Bienenstein, Carlos Vainer, Renato Cosentino, Mariana Medeiros e Poliana Monteiro, onde foi analisado desde a origem da Comunidade até a elaboração do plano popular. O qual serviu como base para o entendimento do tema proposto e será melhor apresentado mais adiante.

Em seguida, partiu-se para um levantamento de campo a fim de identificar e vivenciar o espaço analisado. Para tanto, foi desenvolvido um levantamento de

campo na comunidade do Porto do Capim através de instrumentos, como registros fotográficos, entrevistas e croquis sobre a dinâmica e ocupação da comunidade no espaço, a fim de entender como o espaço influencia na vida dos moradores locais.

Por fim, foi desenvolvida uma metodologia para análise de causas e efeitos acerca do objeto de estudo. Para tanto, foi analisado como essa implantação iria interferir no local e se a implantação precisaria gerar a remoção das pessoas.

CAPITULO 1

PORTO DO CAPIM, UMA HISTÓRIA QUE TRANSCENDE DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS

No dia 05 de agosto de 1585 foi fundada a Cidade da Parahyba, gerada devido ao temor português em relação às invasões francesas. A cidade teve seu desenvolvimento ao redor da atual parte central no decorrer de muitos anos, entre os bairros das Trincheiras e do Varadouro. Atualmente conhecida como João Pessoa, à cidade nasceu como umas das sedes da capitania real, o que a levou a ultrapassar os estágios de vila e até mesmo de povoado. Sendo a princípio batizada como Nossa Senhora das Neves pelos colonizadores como forma de homenagear a santa padroeira do dia de fundação da cidade (OLIVEIRA; SILVA, 2016).

Mesmo tendo sido fundada no século XVI e apesar de possuir um traçado marcante da colonização portuguesa, como também uma câmara e cadeia, e quatro ordens religiosas instaladas (Beneditina, Carmelita, Franciscana e Jesuíta), apenas por volta de 1750 é que João Pessoa toma forma de cidade (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Esta cidade, que já foi conhecida por diversos nomes, dentre eles Nossa Senhora das Neves, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, Frederica, e até mesmo Parahyba, era marcada, até o início do século XX “pela singeleza e possuía uma vida urbana de pouca intensidade, isso entre o final do século XIX e início do século XX” (SÁ, 2009, p. 29).

Segundo Jardim (1910), citado por Sá (2009, p. 29), a cidade da Parahyba, assim como muitas outras de colonização portuguesa, apresentava, em consequência do relevo acidentado na qual encontrava-se assentada, duas porções diferenciadas, então denominadas de ‘Cidade Alta’ e ‘Cidade Baixa’.

Nesse período, “a Cidade Alta abrigava os prédios administrativos e religiosos, e tinha maior destaque e visibilidade graças ao relevo. Esse era o local ideal para o assentamento das instituições administrativas e religiosas, o qual demonstrava o seu poder. A Cidade Baixa abrigava os principais estabelecimentos comerciais e às residências de alguns comerciantes. Situada às margens do Rio Sanhauá, local onde foi concebido o porto e a casa de alfândega⁴.

⁴ Segundo o dicionário digital alfândega se trata de uma repartição pública, ger. Localizada nas fronteiras de região, país etc., onde se inspecionam bagagens e mercadorias em trânsito e onde se efetua a cobrança das taxas correspondentes de entrada e saída; aduana.

Deste modo, era representada pelo cais do Sanhauá e um misto de residencial e comercial” (SÁ, 2009, p. 29).

A Cidade Baixa como já mencionada, continha um porto, localizado às margens do Rio Sanhauá, no bairro do Varadouro (Figura 01), e por ser o único porto da cidade de João Pessoa até os anos de 1930, isso trazia uma significância muito grande para ele [...] muitos utilizavam de seus serviços, inclusive donos de engenhos próximos, que o utilizavam para o abastecimento de alimento dos animais, que conduziam transportes movidos à tração animal, dentre esses alimentos está o capim, e graças a isso a denominação da região como Porto do Capim (ARAÚJO, p. 47).



Figura 01: Panorama da cidade baixa de João Pessoa – Foto pintura, 1928.

Fonte: Acervo da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa.

A imagem acima demonstra a região da Cidade baixa de João Pessoa, em foto pintura de 1928, onde hoje está localizado o bairro do Varadouro, e por sua vez o Porto do Capim.

Durante muito tempo foi assim, até que no ano de 1922, a construção do porto internacional que já estava prevista para aquela localidade, e que daria suporte ao Porto do Capim foi interrompida. Logo em sequência, por volta da década de 1930 a função portuária da região foi transferida para o município de Cabedelo, sendo

motivo de revolta e frustração por parte da população ali inserida, causando conseqüentemente um enfraquecimento econômico na região, o que levou a um processo de negligência por parte do Estado para aquela área (ARAÚJO, p. 92). (Figura 02).



Figura 02: Transferência da função portuária de João Pessoa. Construção do cais provisório.

Fonte: acervo da Comissão do Centro Histórico, 1922.

A Figura 02 apresenta a situação do Porto do Capim durante o ano de 1922, ano em que deveria ocorrer a construção do porto internacional, logo após a construção do cais provisório. Mas a construção foi interrompida, seguindo anos mais tarde (1930) com a transferência da função portuária para o município vizinho, conforme afirmado anteriormente.

Durante os anos que se seguiram esta área da cidade passou por um processo de abandono por parte do poder público, o qual estava mais voltado para ações que levavam a cidade a crescer em direção ao mar, até meados de 1950 quando a região do Porto Capim começou a ser ocupada de forma desordenada por famílias de baixa renda.

Tal qual explica Maia (2000), citado por Araújo (2006, p. 94), até a década de 1950 do século XX, João Pessoa apresentava um ritmo de crescimento bastante lento e não possuía nenhuma atividade que lhe favorecesse maior estímulo à sua

expansão. Os impulsos à sua “modernização” eram dados pelas atividades agrícolas da cana-de-açúcar, algodão e pecuária bovina. Portanto, “[...] o ritmo de crescimento da cidade era o ritmo das referidas produções: nos seus ápices, a cidade recebia incrementos e, nas suas retrações, a cidade estagnava-se. Por isso, uma cidade de tempos lentos” (MAIA, 2000 *apud* ARAÚJO, 2006, p. 82).

O Porto do Capim, por ser a localidade mais antiga da cidade, representava a única centralidade, permanecendo assim sem muitas modificações até a década de 1960, quando políticas urbanas de âmbito nacional foram adotadas. Com base nessas políticas algumas reformas são estabelecidas, levando a cidade a se expandir. O que só aumentou o processo de deterioração da cidade tradicional (MAIA, 2000 *apud* ARAÚJO, 2006, p. 82).

Com o passar do tempo à comunidade vai crescendo e se desenvolvendo até chegar aos dias de hoje. Uma comunidade ribeirinha que se subdivide em duas, o Porto do Capim e a Vila Nassau, e que está às margens do Rio Sanhauá. As famílias do Porto do Capim vivem naquele espaço muito antes da ideia de “centro histórico de João Pessoa” começar a povoar as mentes e os anseios políticos de alguns grupos de artistas, arquitetos historiadores e preservacionistas locais (BRAGA; MORAES, 2016).

Ao longo da história da comunidade alguns marcos se tornaram importantes e merecem destaque, voltando um pouco no tempo apenas para citar um desses marcos, pois é através dele que vemos o quão antigo é o interesse pela área do Porto do Capim. O fato é que em 1982 surgiu um decreto estadual com apenas dois artigos (Decreto nº. 9.484), onde o então governador da Paraíba delimitava o que chamou de “centro histórico inicial de João Pessoa”, no qual já podemos notar o interesse em “proteger” a área que vai das margens do Rio Sanhauá, até a confluência da Rua Porto do Capim com a Rua Frei Vital, que são vias urbanas do Porto do Capim.



Figura 03: Porto do Capim em Ação, 2019. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/p/B1nGNoGpid7/>>.

Desde este momento, e até os dias atuais, a comunidade do Porto do Capim vem sofrendo com ameaças de remoção de seu local de origem (BRAGA; MORAES, 2016).

Em Março de 2019, a Prefeitura Municipal de João Pessoa propôs um projeto que teria a intenção de revitalizar o Centro Histórico da cidade. Para o projeto ser efetivado, a comunidade do Porto do Capim teria que ser removida do lugar onde está inserida. O que claramente não foi bem visto pelas pessoas que lá residem, que manifestaram inconformidade para com a proposta da prefeitura, segundo o veículo de imprensa “G1⁵” Paraíba e os próprios canais oficiais da comunidade.

Adriana de Lima, líder da comunidade e moradora da Vila Nassau, declarou que espera que a prefeitura de João Pessoa repense a decisão. “Esperamos que essa decisão seja revertida, pois tem gente vivendo aqui há 40 ou até 50 anos, não sabemos o que fazer”, conforme matéria também publicada pelo G1⁶ Paraíba.

Em Junho do mesmo ano, 2019, a Prefeitura Municipal de João Pessoa demoliu um conjunto de casas no setor da Vila Nassau, parte integrante da Comunidade

⁵ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>

⁶ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/21/moradores-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-protestam-e-prefeito-confirma-remocao.ghtml>

Porto do Capim como todo em nome do projeto “Parque Ecológico Sanhauá”, proposto por eles, como se pode perceber na imagem abaixo.



Figura 04: Demolição na Vila Nassau, junho, 2019.

Fonte: Acervo Genivaldo Lima, 2019.

A atitude da prefeitura tensionou ainda mais a situação de conflito existente entre a comunidade e o poder público municipal, conforme demonstra pesquisa realizada pelo “Brasil de Fato⁷” Paraíba, sistema de comunicação que visa trabalhar na cobertura da realidade das diferentes regiões do Estado, do litoral ao sertão.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, as pessoas que residem na comunidade decidiram reagir à ameaça de remoção por parte da prefeitura municipal. No mês de junho de 2019, os entulhos e o lixo deixados pelas demolições deram lugar a uma área apropriada para manifestações culturais e feiras de alimentos, tudo promovendo a luta da comunidade contra a remoção, conforme se pode observar abaixo.

⁷ <https://www.brasildefatopb.com.br/2019/08/31/artigo-or-pare-olhe-e-escute-o-porto-do-capim-resiste>



Figura 05: Mutirão de requalificação da área, 2019.

Fonte: Porto do Capim em Ação, 2019.

Disponível em: <<https://instagram.com/p/B1rxeKXJdzW/>>.

A pesquisa realizada pelo veículo de comunicação Brasil de Fato, relata que, no mês de agosto de 2019 foi inaugurada a 'Praça da Resistência', assim denominada pelos próprios moradores, onde foram sediados eventos como o I Seminário de Apoio à Comunidades Tradicionais, e muitos outros que vieram a seguir, tendo como objetivo principal estruturar um grupo que apoiasse o Porto do Capim, e debatessem assuntos como a violação dos direitos.

Foi criado então, pelos próprios moradores, um movimento com o nome "Porto do Capim em Ação" com o objetivo de viabilizar a defesa do território para além das organizações locais ali inseridas. Mostrar que a área em questão é de suma importância, e que as pessoas se preocupam com ela. Outros movimentos vieram a seguir, tendo o mesmo objetivo, proteger a Comunidade do Porto do Capim, que são a Associação de Mulheres do Porto do Capim e o Garças do Sanhauá.

Conforme a mesma pesquisa, toda essa mobilização envolvendo o Porto do Capim chamou a atenção do Congresso Nacional, o que levou o Deputado Federal Frei Anastásio (PT-PB) a promover uma expedição junto com outros parlamentares para ver de perto a situação conflituosa em que se encontrava o Porto do Capim.

No decorrer da visita ao Porto do Capim, a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM) organizou uma audiência pública sobre o tema, se integrando com a programação do I Seminário de Apoio a Comunidades Tradicionais. Contando com a presença da população, de representantes da Universidade Federal da Paraíba; representantes do Ministério Público e de outras entidades, inclusive o Instituto de Arquitetos do Brasil, sessão Paraíba.

A resistência do Porto do Capim barrou muitas das ações da prefeitura de João Pessoa, que variaram desde a emissão de notificações (Figura 05), para que os moradores desocupassem suas casas, até demolições, como o que ocorreu com a Vila Nassau no mês de junho.


MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
 Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB (CEP: 58053-900)

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 41 /2019.

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa

NOTIFICADO:

CPF/RG Nº:

ENDEREÇO: Praca 15 de Novembro, n.º 173
Casa e Haimoaria - casa fechada

João Pessoa, 19 de março de 2019.

Ilmo.(a) Sr.(a) Responsável:

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através de suas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento, vem NOTIFICAR V. Sr.ª, para, voluntariamente, **DESOCUPAR** a área localizada no endereço supracitado, no prazo de até 48hs, tendo em vista que se encontra em **Área de Risco Ambiental** situada integralmente dentro de **Área de Preservação Permanente - APP** do Rio Paraíba, contrariando o inciso XII do art. 221 do Código Municipal de Meio Ambiente, bem como o art. 87 do Código Municipal de Posturas, sujeitando o responsável, caso não cumpra a presente notificação, respectivamente, ao pagamento de multa prevista no inciso I do art. 6º do Decreto Municipal nº 5.433/2005, e no art. 275, IV, b, do Código Municipal de Posturas.

O prazo acima é **IMPRORROGÁVEL** e o descumprimento desta notificação acarretará na adoção das medidas legais cabíveis ao caso, bem como na lavratura de **AUTO DE INFRAÇÃO** e inscrição do débito na **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO** e sujeitará a cobrança judicial, via **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL**.

Assinatura/Ciência do Notificado: foi entregue a Sr. Sandra Bezerra logradouro judicial

Data de recebimento da notificação: 19/03/2019.

Hora:

Maria de Fátima Roberto Olim
Fiscal Inscrição/Imposto SEMAM
Mat. 08.114-1 - Matr. 01/2005

FISCAL SEMAM/MATRÍCULA


 FISCAL SEMAM/MATRÍCULA

Figura 06: Notificações foram distribuídas aos moradores do Porto do Capim, 2019.

Fonte: G1 Paraíba, 2019.

Disponível em: <<https://cutt.ly/TfHuw8j>>.

Acreditamos que se não fosse toda a mobilização em prol da causa, a comunidade já teria sido totalmente destruída.

CAPITULO 2

A HISTÓRIA DE UM PARQUE ECOLÓGICO

Um parque ecológico tem como finalidade proteger o ecossistema no qual está inserido, embora também sirva para o lazer e possibilite que a população faça uso e conheça melhor a natureza de determinada região.

Conforme vínhamos discutindo, no dia 27 março de 2019, aproximadamente 160 famílias receberam notificação por parte da Prefeitura Municipal para deixar o Porto do Capim a fim de que um projeto de Parque Ecológico pudesse ser iniciado na área, tendo como justificativa estarem ocupando uma área de preservação permanente (G1 PARAÍBA, 2019)⁸.

Segundo o atual Código Florestal⁹, Lei nº12.651/12, área de preservação permanente – APP – é uma “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, tendo como função ambiental preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geográfica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Essa justificativa por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa lembra bastante à justificativa feita pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com relação à permanência da Vila Autódromo. De acordo com Tanaka (et al, 2018), pode-se fazer uma analogia entre a Comunidade do Porto do Capim e a Vila Autódromo, tanto no que se refere a sua origem como a o início da luta entre a comunidade e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro por conta das várias tentativas de remoção da comunidade para viabilizar a construção da Vila Olímpica e de vários complexos esportivos, visto que a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os jogos pan-americanos em 2007, a Copa do mundo de futebol de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Tal comunidade nasceu às margens da Lagoa de Jacarepaguá, e que com o tempo foi crescendo, os moradores então começaram a se perguntar o porquê da comunidade não se tornar um bairro da cidade, e terem acesso aos equipamentos públicos urbanos. Nasce então a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo – AMPVA, fazendo assim com que a comunidade começasse a se

⁸ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/03/iphaep-suspende-embargo-de-demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>

⁹ <http://www.botuvera.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-12651-2012-codigo-florestal.pdf>

diferenciar das demais pelo modo de sua organização política e também pela consciência que seus moradores tinham sobre seus direitos à cidade e a moradia.

As investidas vindas da prefeitura para a remoção da Vila Autódromo começam quando o Governo do Estado entra com um pedido para que a área em questão fosse declarada como “Área de Especial Interesse Social”.

As Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) ou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade atribuídas para a construção de moradia popular. Existindo dois tipos, as ZEIS de vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas na cidade que podem ser designadas para construção de Habitações de Interesse Social, e as ZEIS ocupadas, que são áreas onde já existe algum assentamento de população de baixa renda, mas que necessitam ser melhor urbanizados e regularizados.

Na época, a Associação de Moradores da Vila Autódromo entra com um pedido para que a comunidade passasse a ter os benefícios de saneamento que os condomínios próximos a ela já estavam recebendo. É interessante dizer que eles conseguiram um documento onde o subprefeito na época (1998), Rodrigo Bethelen, diz ver com bons olhos a inclusão da comunidade com o programa de saneamento, e que não tinham planos para remoção da comunidade.

A controvérsia é que, segundo eles até então não tinham planos para remoção da comunidade, mas basta a Vila Autódromo ter reconhecimento do direito à moradia pelo Governo do Estado, que começam as sucessivas tentativas de remoção por parte da prefeitura do Rio de Janeiro.

As tentativas de remoção se baseavam em argumentos como danos ao meio ambiente provocados pela comunidade, fora os danos estéticos e paisagísticos. Também alegavam que a comunidade estaria em área de risco e alagamento por estarem próximos a Lagoa de Jacarepaguá. Houve um tempo em que choveu muito naquela região e certamente havia áreas na comunidade com problemas de drenagem, mas não se constatava uma situação de risco, então esse argumento não foi levado adiante.

Visto isso, é evidente a semelhança entre a comunidade do Porto do Capim, da cidade de João Pessoa, e a Vila Autódromo, do Rio de Janeiro. Ambas sofreram, ou sofrem com sucessivas tentativas de remoção vindas da prefeitura de suas cidades. Realidade também presente em outras partes do País.

2.1. Vontade antiga...

Em matéria divulgada pelo G1 Paraíba¹⁰ percebe-se que, a vontade da prefeitura municipal de João Pessoa de “requalificar” a área do Porto do Capim é antiga. Assim como as reclamações vindas dos moradores da região, alguns morando há 70 anos na comunidade. Indo em busca de, nada mais, nada menos que diálogo.

Todo esse processo teve início em 2009, quando a então prefeitura de João Pessoa começa a executar seu projeto de intervenção em toda região histórica do Porto do Capim, denominado na época como Praça de eventos Porto do Capim.

Nesse ano, a Prefeitura tentou fazer reformas nos edifícios tombados, tendo como principal alvo das reformas o prédio da alfândega (Figura 01), porém os debates em volta da remoção das pessoas que moram na área vieram à público. Os moradores então se juntaram e começaram a se organizar entre si, formando assim grupos comunitários.



Figura 01: Prédio da Antiga Alfândega, 2019.

Fonte: Google Earth, 2020.

¹⁰ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>

Em 2011, foi formada a comissão Porto do Capim em Ação, criada pelos moradores em prol da causa, que defendiam que o projeto poderia ser feito, porém sem a remoção das pessoas, que vivem na região já há muitos anos.

Já em 2013, toda essa discussão é retomada pela prefeitura, são previstas mais construções, agora do complexo do Porto do Capim, além da limpeza do Rio Sanhauá, a construção de um píer para a chegada de embarcações entre outras coisas. Prevendo a retirada de centenas de famílias da região e a relocação dessas famílias para outra localidade, Contando com financiamento derivado do Programa de Aceleração do Crescimento – Centro Histórico (PACCH) do Governo Federal.

Recurso que seria liberado como financiamento para revitalização de 44 cidades brasileiras, cidades que possuem um centro histórico. Incluindo a cidade de João Pessoa – PB.

Ainda de acordo com o G1, no ano de 2015, o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF) promoveu uma audiência pública entre representantes da prefeitura e também da comunidade do Porto do Capim, onde a prefeitura de João Pessoa passou a tratar sua intervenção na localidade como sendo uma revitalização do antigo Porto do Capim. Os moradores não contentes com o que estava acontecendo reivindicaram um reconhecimento como comunidade tradicional ribeirinha. O que eles eram, e são, na verdade.

Logo após uma vistoria na implantação, o Ministério Público Federal emitiu um parecer em laudo técnico deixando seu reconhecimento aos moradores do Porto do Capim como comunidade tradicional. “O laudo indica que a comunidade tem uma relação de sociabilidade com o território e com o rio, bem como reconhece a área como consolidada semelhante a bairro residencial e de referência comercial do centro histórico de João Pessoa”.

Em 2018 foi entregue o projeto da Vila Sanhauá, projeto de revitalização de antigos casarões no Centro Histórico. Casarões estes que estão próximos à comunidade Porto do Capim. Obra que foi somente um indicativo de que as intervenções seguiriam em frente.



Figura 02: Villa Sanhauá, oito casarões recuperados, 2019.

Disponível em: <<https://cutt.ly/yfHuMt8>>.

Foi então que chegamos em março de 2019, um mês marcado na história do Porto do Capim. Foi quando o projeto do Parque Ecológico Sanhauá foi apresentado pelo prefeito Luciano Cartaxo (Partido Verde. Gestão 2016-2020), em seguida o mesmo autorizou o início das obras na área da Vila Nassau. Na época, o prefeito tratava a intervenção na Vila Nassau como dissociada da comunidade do Porto do capim, apesar de que o Ministério Público Federal identificava a área como parte da mesma. As famílias residentes na área foram notificadas no dia 19 de março para que deixassem suas casas no prazo de 48 horas, casas essas que muitos moravam há muito tempo, não levando em consideração a memória afetiva dessas pessoas.

“Não é uma notificação judicial. Infelizmente alguns moradores assinaram, mas a maioria não assinou. Temos idosos, gente que mora aqui há mais de 50 anos. Não foi conversado nada com a comunidade. Se a prefeitura tem um projeto, que ela venha e converse com a gente”, comentou Adriana de Lima, moradora da comunidade. Trecho tirado de outra matéria feita pelo G1¹¹ Paraíba

¹¹ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/19/familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-sao-notificadas-para-desocupar-casas.ghtml>



Figura 03: Moradores da Vila Nassau fazem protesto, 2019

Disponível em: <<https://cutt.ly/9fZiYyF>>.

Tiveram os demais acontecimentos como os tantos protestos feitos pelos moradores do Porto do Capim, as demolições feitas na área da Vila Nassau, os eventos que vieram a acontecer após as intervenções da prefeitura, e demais coisas que já foram mencionadas no primeiro capítulo.

2.2. Parque Ecológico Sanhauá

Como já mencionado algumas vezes, o Parque Ecológico ficaria localizado na região do bairro do Varadouro, onde atualmente está situada a comunidade do Porto do Capim.

Segundo o Portal Correio¹² seria uma obra estimada em 11,6 milhões para construção deste projeto e ocuparia uma área total de 193,354 m², sendo em área construída 25 mil m², entre áreas urbanizadas e equipamentos.

¹² <https://portalcorreio.com.br/video-mostra-como-vai-ficar-area-do-parque-ecologico-sanhaua-veja/>



Figura 04: Área para construção do Parque Ecológico Sanhauá, 2020.

Disponível em: <https://twitter.com/pedrorossi_/status/1226964685976670209>.

Na Imagem acima podemos observar as delimitações do projeto do Parque Ecológico. O que até então seriam as Comunidades Porto do Capim e Vila Nassau, existentes desde meados da década de 1950, passariam a ser um grande Parque “Ecológico”. É evidente que a quantidade de pessoas que teriam de ir morar em outros locais é muito grande, visto a extensão deste projeto. O que nos leva a questionar se a execução de tal projeto não levaria a região a um processo de gentrificação?

Conforme descrito no site do COURB (Instituto de Urbanismo Colaborativo)¹³:

Gen-tri-fi-ca-ção. Vem de *gentry*, uma expressão inglesa que designa pessoas ricas, ligadas à nobreza. O termo surgiu nos anos 60, em Londres, quando vários *gentrifiers* migraram para um bairro que, até então, abrigava a classe trabalhadora. Este movimento disparou o preço imobiliário do lugar, acabando por “expulsar” os antigos moradores para acomodar confortavelmente os novos donos do pedaço. O evento foi chamado de *gentrification*, que numa tradução literal, poderia ser entendida como o processo de enobrecimento, aburguesamento ou elitização de uma área.

¹³ <http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/>



Figura 05 – Parque Ecológico Sanhauá, 2020.

Disponível em: <https://twitter.com/pedrorossi_/status/1226964685976670209>.

Conforme se pode perceber na imagem acima, o Parque Ecológico contaria com uma praça; elevador panorâmico; com uma passarela elevada sobre o mangue; requalificação das calçadas; um estacionamento com 80 vagas; fora a iluminação de *led* que toda região ganharia. Se comparadas essa imagem acima com a imagem mostrada anteriormente, nota-se o quão grandes seriam as mudanças.

De acordo com o CAU/PB, no dia 07 de junho de 2019 reunidas em sessão ordinária do seu Colegiado (CEAU) as Entidades de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba emitiram nota conjunta¹⁴ onde questionaram alguns pontos do projeto do Parque Ecológico Sanhauá, proposto pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Dentre essas entidades estão o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU/PB), a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), o Instituto de Arquitetos do Brasil na Paraíba (IAB/PB), e o Sindicato de Arquitetos da Paraíba (SINDARQPB).

Nesta nota conjunta, a gestão municipal é parabenizada pela iniciativa em busca de prover a melhoria da qualidade de vida na cidade por meio da requalificação de seus espaços públicos. Todavia existem alguns pontos que devem ser melhor observados.

As informações divulgadas até então sobre o projeto não oferecem condições para uma análise técnica mais aprofundada, porém, as fotomontagens e as maquetes virtuais divulgadas pela mídia levam

¹⁴ <https://www.caupb.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Nota-Te%CC%81cnica-Conjunta-CEAU-Parque-Ecolo%CC%81gico.pdf>

ao entendimento de que o "Parque Ecológico Sanhauá" é uma proposta descolada da realidade e se configura como anacrônica aos tempos em que a sociedade se encontra hoje. Segue, portanto, na contramão dos princípios contemporâneos de planejamento urbano, pois se apropria de um método conhecido pelos urbanistas como gentrificação, muito criticado pelo seu caráter de segregação social em detrimento do desenvolvimento econômico pelo turismo.

Como se pode perceber, são questionados alguns pontos, dentre eles a falta de informações sobre o projeto. O que é um fato, porque o próprio *site* da prefeitura poderia fornecer essas informações, e assim, poderíamos analisá-las com mais precisão. Em contrapartida é notório que o projeto de Parque Ecológico não vai de encontro com a realidade e com as necessidades existentes. As entidades relatam que a proposta "se apropria de um método conhecido como gentrificação". Como explicado anteriormente, e esse método não é nada amigável para as pessoas que moram no local, o mais cruel da gentrificação é que enquanto tem alguém procurando por outro lugar para morar, já existem planos para a residência deste indivíduo.

Eles continuam:

Embora já em fase de execução, o projeto encontra-se em análise pelo corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). No entanto, seja qual for a decisão do órgão, é essencial que a análise seja encaminhada para apreciação do seu Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC). Nesse espaço, entre outras variáveis, dever-se-á levar em consideração a condição de Comunidade Tradicional onde o projeto está parcialmente inserido, tal como chancela o Ministério Público Federal (MPF) em Parecer Técnico Antropológico Nº. 03/2015. Neste sentido, há de se certificar se o projeto do "Parque Ecológico Sanhauá" respeita o que preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal Nº. 6.040/2007) e da Convenção Nº. 169, que trata da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (Decreto Federal Nº. 5.051/2014).

Sim, como mencionado anteriormente o projeto já teve início. Após sua aprovação, foram iniciadas as demolições previstas para acontecer na Vila Nassau, parte integrada ao Porto do Capim, fora outras "revitalizações" que foram sendo feitas no Centro Histórico da Capital Paraibana. Visto que todo esse processo sobre o projeto de Parque Ecológico estava sob análise, teria que ser levada em consideração a condição da comunidade como sendo tradicional ribeirinha.

Em situações como essas, o mais apropriado seria um concurso público nacional de projeto, modalidade de licitação prevista no Art. 22 da Lei Federal Nº. 8.666/1993. Dada a magnitude e relevância do seu impacto para a sociedade paraibana, a intervenção urbana fruto de um certame nesses moldes traria mais qualidade à cidade e, conseqüentemente à sua população. O concurso público é um método democrático de licitação pois, além de ser uma importante ferramenta de promoção e valorização da arquitetura e urbanismo, pode revelar talentos profissionais criando oportunidades para a elaboração de propostas com visões plurais e com uma gama de soluções projetuais mais corretas e socioambientalmente justas.

Por fim eles ressaltam a importância de um concurso público para com a população. Visto que seria um método democrático de licitação, que fora a valorização da arquitetura e urbanismo, revelaria novos talentos dentre outras coisas. Em situações como esta, acreditamos que um concurso público seria mais transparente quanto aos projetos propostos para com a região do Varadouro, onde está situada a Comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim.

CAPÍTULO 3

Projetos Alternativos para o Porto do Capim

Em contraposição ao projeto apresentado pela Prefeitura, uma proposta alternativa¹⁵ foi realizada pelo Urbanicidade¹⁶, apresentada em junho de 2020. Urbanicidade é um grupo voluntário que tem o intuito de contribuir com a elaboração de ideias utilizando-se de desenho urbano participativo. Fora responder questões como “que cidade nós queremos?”. A equipe responsável pelo estudo alternativo para o Porto do Capim conta com o co-fundador e coordenador do Urbanicidade Marco Suassuna, professor do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da UNIFACISA – Centro Universitário, com Bárbara Meurer, Felipe Meira, Sávio Vale, Thalita Vale e com a também professora Sônia Matos.

É interessante dizer que na época em que estava sendo construído o projeto, fora os professores Marco Suassuna e Sônia Matos, o restante da equipe era formada por estudantes da graduação em Arquitetura e Urbanismo. E sob a orientação dos seus professores a equipe inscreveu a iniciativa em um evento de âmbito nacional, o *Urban 21*, ficando entre os cinco melhores dentre os 125 trabalhos na 3º edição do evento.

A proposta dispõe da manutenção da população do Porto do Capim, como também da recuperação da paisagem do Rio Sanhauá e do mangue, paisagem essa que foi perdida ao longo dos anos, mais precisamente após a transferência do porto para a cidade de Cabedelo. Estudo baseado na conservação integrada contida na Declaração de Amsterdã desde 1975, e realizado pelo coletivo Urbanicidade (2020).

De acordo com Zanchetti:

A conservação integrada (CI) tem origem no urbanismo reformista italiano dos anos 1960/70. Especificamente, da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 1960, e conduzida por políticos, administradores, planejadores e arquitetos, ligados ao Partido

¹⁵ Dados retirados tanto do site Marco Suassuna, como também da conferência virtual feita no youtube pelo Urbanicidade no dia 09 de jun. de 2020. Onde são apresentadas detalhadas informações sobre o estudo alternativo para o Porto do Capim.

¹⁶ https://www.youtube.com/watch?v=Mkg9GG3b8vk&list=PLt6U_ckZLI4Z2cOmQ7TbHBK6hBfaY6ZQO
https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html - Site Marco Suassuna

Comunista italiano. Planejadores como Campos Venuti, Benevollo e Cervellati ganharam notoriedade mundial por suas originais contribuições no campo do planejamento urbano e da conservação patrimonial das cidades. O impacto dessa proposta ultrapassou os limites da Itália e, em 1975, foi adotada, pelo Conselho da Europa, como uma diretriz para o planejamento urbano para os centros históricos do continente. Nesse ano, o conselho se reuniu em Amsterdã e produziu um documento, a declaração de Amsterdã de orientação para a implantação dessas diretrizes. (2003, p. 108).

Visto isso, dentro de uma perspectiva de análise do lugar foram verificados alguns vazios contendo atividades pré-existentes que possuem potencial, assim como também um galpão localizado próximo ao terreno do curtume, que possui um grande potencial para habitação de interesse social, de acordo com o Urbanidade. Fora que a área é bem localizada dentro da comunidade.



Figura 01: Mapa Porto do Capim, 2020

Fonte: Google Earth, 2020.

Acima podemos observar onde são mostrados os vazios que possuem potencial dentro do Porto do Capim. Abaixo uma imagem aproximada desses vazios.



Figura 02: Terreno com potencial, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

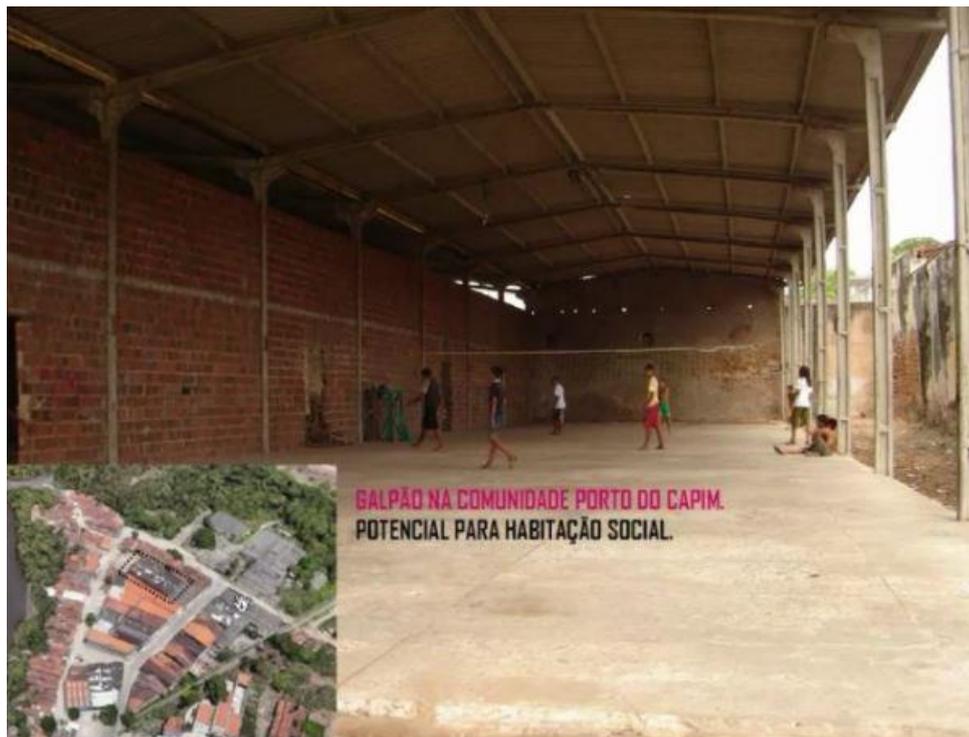


Figura 03: Galpão com potencial para habitação de interesse social, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

O coletivo Urbanicidade recorreu ao Planafe (Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que reconhece conforme o Decreto Federal nº 6040 essas comunidades.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no Decreto Federal nº 6040¹⁷, de 7 de fevereiro de 2007, o governo reconhece formalmente, pela primeira vez na história do País, a existência formal de todas as chamadas populações "tradicionais" do Brasil.

Ainda de acordo com Suassuna (op cit. ver nota 15) o artigo 3º do Decreto afirma que povos e comunidades tradicionais

são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Recorrendo tanto ao Planafe como a Conservação Integrada (CI), eles fazem uma reflexão sobre como estão sendo conduzidas as cidades contemporâneas nos dias atuais.

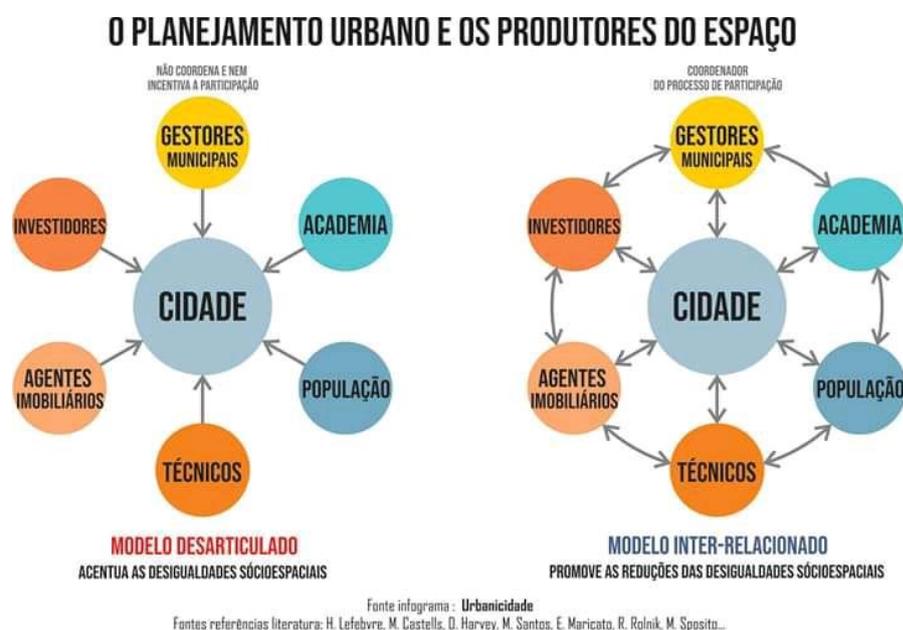


Figura 04: O Planejamento Urbano e os Produtores do Espaço, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XftZt7>>

É verificado que o planejamento urbano e os produtores do espaço deveriam adotar um modelo inter-relacionado para suas cidades, porém, hoje várias cidades

¹⁷ <https://www.mma.gov.br/informma/item/3861-decreto-presidencial-reconhece-existencia-formal-das-populacoes-tradicionais>

brasileiras, incluindo João Pessoa adotam outro modelo, no caso um modelo desarticulado.

O Urbanicidade defende que a cidade sendo múltipla, diversa e plural precisa de uma coordenação do poder público municipal que incentive o processo de participação de todos esses agentes. Que seja de forma linear, se retroalimentando para que todos consigam alcançar uma cidade para todos e todas.

Durante essa perspectiva de análise do lugar eles tiveram uma reunião na área do Porto do Capim em fevereiro de 2020 com lideranças da Associação de mulheres da Comunidade. Debateram questões como a quantidade de famílias residindo na comunidade etc.

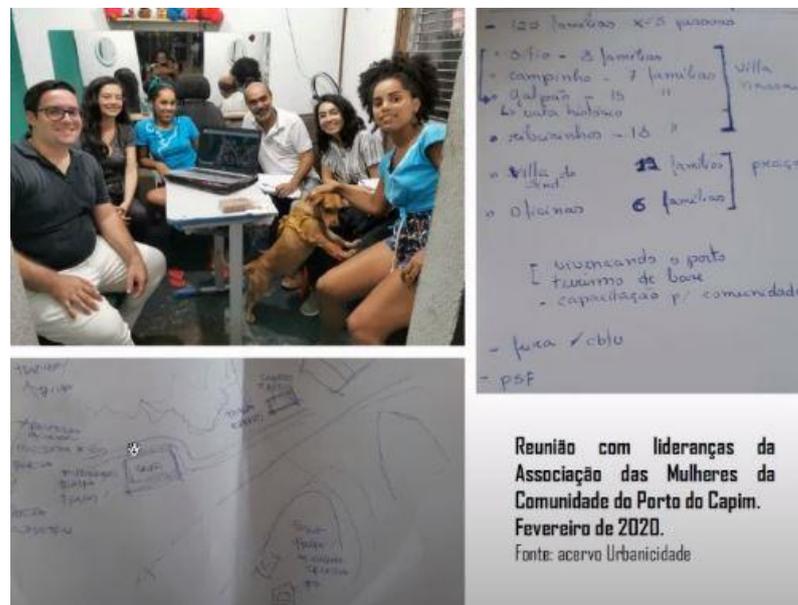


Figura 05: Reunião com lideranças da Associação de Mulheres do Porto do Capim, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>



Figura 06: Delimitação da Comunidade Porto do Capim, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>

Neste mapa acima podemos observar a delimitação da comunidade. Sendo A – Comunidade Porto do Capim; B – Vila Nassau; C – Comunidade Frei Vital; D – Terreno do curtume; E – Terreno da Proserv.



Figura 07: Primeiro Master Plan Urbanicidade, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

Partindo para a primeira imagem do *Master Plan*¹⁸ é observado que eles não se limitam somente à área das comunidades, mas que também vão até o território da antiga fábrica Matarazzo, um prédio histórico que fora importante na produção econômica das primeiras décadas do século XX na cidade e que se localiza nas imediações da comunidade, ou seja, na área central da cidade. A área em questão que possui um grande potencial para ser uma escola profissionalizante.

Devem estar se perguntando do porque disso, e é bem simples, porque assim remete-se a conservação integrada, cujo um dos princípios é o entendimento amplo do patrimônio cultural associado ao meio ambiente, às necessidades sociais e a gestão urbana. (Declaração de Amsterdã, 1975).

Resumidamente, a Conservação Integrada contempla alguns aspectos, são eles:

- Social
- Ambiental
- Cultural
- Econômico
- Espacial
- Administrativo

A partir do conceito de Conservação integrada eles definiram alguns eixos de atuação.

- Habitação Social e Uso Misto
- Patrimônio Histórico-cultural
- Paisagem e Meio Ambiente
- Mobilidade Urbana
- Educação

¹⁸ *Masterplan* é o termo usado para a macro implantação de um projeto onde serão consideradas informações relevantes e significativas para o início do plano de um negócio. Ele é o primeiro produto originado da combinação de várias informações. Dados retirados do site: <https://www.arquiteturaparaalogistica.com.br/masterplan/>



Figura 08: Etapa das obras, 2020.

Disponível em: <https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.

De acordo com a imagem acima é verificada a possibilidade das obras acontecerem de forma coexistente e através de várias licitações, podendo assim, todas trabalharem na obra. Estima-se que em um prazo de 06 anos, caso haja um controle, tudo contido nesse *Master Plan* poderia estar realizado, pois tudo ocorreria de forma simultânea.

Primeiramente eles verificam o potencial espacial para então verificar como poderia ser planejado para as pessoas, e tudo dentro desse entendimento de conservação integrada e de planejamento urbano sustentável.



Figura 09: Etapa das obras, 2020.

Disponível em: <https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.

É verificada também a integração de ciclovias, podendo ser feita por etapas, Mais a possibilidade do compartilhamento de bicicletas. Tendo o prazo de 01 ano para que pudesse ser concluída.

Sem contar que o uso da bicicleta tem aumentado cada vez mais, as pessoas tem buscado uma qualidade melhor de vida. E o ciclismo é um dos poucos esportes em que estamos sujeitos a movimentar a maioria do nosso corpo, e que de certa forma tem reduzido aos poucos o uso do automóvel para a locomoção.

MASTER PLAN PARQUE SANHAUÁ + REQUALIFICAÇÃO PORTO DO CAPIM



Figura 10: Master Plan, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

Partindo para uma proximidade em relação ao *Master Plan*, mais precisamente o Porto do Capim, eles verificam essa espacialização das necessidades, do potencial e do espaço. Faz-se então uma ponte com relação a não somente as necessidades do Porto do Capim, mas também da população de João Pessoa como todo.

1. Novo trapiche e deck / ancoradouro (área coberta para atividades pesqueiras);
2. Passarela de contemplação do mangue;
3. Galpão rehabilitado para uso habitacional;
4. Deck de contemplação / memória do ancoradouro (área coberta para atividades pesqueiras);
5. Centro turístico;
6. Praça Bela Vista;

7. Porto digital / tecnologia da informação / Restaurante com mirante (arquitetura contemporânea – concurso de projeto);
8. Praça da biodiversidade ambiental (trilha no mangue);
9. Passarela de contemplação do mangue (possibilidade de atividade turística para gerar renda e educação ambiental);
3. Galpão reabilitado para habitação;
3. Novo edifício uso misto, térreo + 1 páv. (comércio + habitação + creche);
10. Praça da vizinhança (playground, academia ao ar livre, bancos), creche;
11. Horta comunitária, posto de saúde da família – PSF;
12. Praça para pequenos eventos, feira livre / artesanato;
13. Cooperativa do coco (salas, lojas e mini auditório para 80 pessoas).



Figura 11: Master Plan, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfItZt7>>.

Agora temos uma forma mais aproximada do material mostrado anteriormente, onde podemos observar melhor as transformações vindas da proposta feita pelo coletivo Urbanicidade para com o Porto do Capim.

1. Edifício de uso misto: Habitação e comércio;
2. Edifício habitacional: Galpão rehabilitado;
3. Centro de tecnologia e inovação;
4. Praça da biodiversidade ambiental;
5. Praça de eventos Bela Vista;
6. Edifício da Associação de arrumadores preservado e restaurado;
7. Centro turístico da informação;
8. Passarela de contemplação;
9. Praça da vizinhança;
10. Quadra poliesportiva;
11. Horta comunitária;
12. Comunidades Vila Nassau e Porto do Capim preservadas e mantidas.



Figura 12: Etapas de construção, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

Uma das coisas que causam bastante transtorno em relação às famílias que residem na área é essa condição de serem realocadas ou simplesmente despejadas

de suas casas. Pensando nisso foi pensada uma forma de etapas de construção para que não ocorresse essa condição traumática para as famílias.

Seria basicamente assim: nesse primeiro vazio, em um prazo de um ano poderiam ser construídas cerca de 12 moradias, e mais 20 moradias no galpão que está localizado do outro lado; 32 moradias/apartamentos, o que supostamente já seria o necessário para que as famílias pudessem ser realocadas para essas moradias após as obras. E posteriormente viriam as outras 02 etapas, todas tendo um prazo a cumprir.



Figura 13: Etapas de construção, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

E além do uso habitacional dá para adicionar uma creche no perímetro, o que daria mais segurança para as mães que precisam trabalhar e não querem ou não podem deixar seus filhos sozinhos. Além da creche também existe a condição para aberturas de estabelecimentos comerciais.



Figura 14: Região comentada acima, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

Na imagem acima é observada a região onde iriam ser iniciadas as obras. O processo seria feito todo por etapas como já mencionado, mas sem causar traumas ou algum problema de relocação. A seguir vão estar imagens desde a 1ª primeira etapa até a 4ª.



Figura 15: 1ª Etapa do estudo alternativo para a Comunidade do Porto do Capim, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

A primeira etapa com a construção de 32 moradias, tendo o prazo de 01 ano para ser finalizada.



Figura 16: 2º Etapa do estudo alternativo para a Comunidade do Porto do Capim, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

A segunda etapa já contaria com a previsão do canteiro de obras, com o prédio dos arrumadores restaurado, uma praça com a contemplação para a paisagem do Rio, mais a praça da biodiversidade. Quando recuperamos de fato a paisagem do Rio e a história do lugar. Em seguida viriam as outras duas etapas e a conclusão do projeto.



Figura 17: 3º Etapa do estudo alternativo para a Comunidade do Porto do Capim, 2020.

Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.



Figura 18: 4ª Etapa do estudo alternativo para a Comunidade do Porto do Capim, 2020.
Disponível em: <<https://cutt.ly/XfltZt7>>.

A seguir algumas outras imagens do projeto, incluindo algumas imagens de elevações do edifício da habitação social, que respeitando a paisagem onde o mesmo se encontra, teria no máximo 7 metros.



Figura 19: Elevação edifício habitacional, 2020.
Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html.



Figura 20: Imagem aproximada da elevação edifício habitacional, 2020.

Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.



Figura 21: Imagem da obra finalizada, 2020.

Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.

Essa imagem acima representa o que seria a obra finalizada. É isso que o Urbanicidade enxerga como sendo uma intervenção preliminar respeitosa para com a população tradicional, respeitosa com a história do lugar, respeitosa com a paisagem e com o rio. Por fim algumas imagens do que seria o projeto idealizado.



Figura 22: Imagem da obra finalizada, 2020.

Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.



Figura 23: Imagem da obra finalizada, 2020.

Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.



Figura 24: Imagem da obra finalizada, 2020.

Disponível em: https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>.

3.1. Projeto quer declarar Porto do Capim como Patrimônio Histórico da Paraíba

Além deste projeto apresentado anteriormente, fizemos uma busca de outras propostas tendo o intuito de demonstrar que existem outras alternativas para com a Comunidade Porto do Capim, às quais passamos a apresentar aqui.

No dia 11 de junho de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Assembleia Legislativa da Paraíba trataria o Projeto de Lei N. 319/2019¹⁹, que reconhece a Comunidade do Porto do Capim como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial da Paraíba. Projeto de autoria da deputada estadual Cida Ramos (PSB).

Tal projeto fortaleceria o valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico da região, fora resgatar e preservar tanto a memória quanto a identidade cultural da localidade. E como já mencionado várias vezes a Comunidade do Porto do capim teve sua formação na década de 1950, sendo aproximadamente 70 anos de história. Segundo o Censo do IBGE de 2010, a área do Porto do Capim contém 185 domicílios e 664 moradores.

“O Porto do Capim contém um rico patrimônio histórico, cultural e ambiental que se completa com a comunidade que começou a habitação naquele lugar, a partir da década de 1940, constituída por ex-trabalhadores do Porto, pescadores, marisqueiras e operários de fábricas de cimento e curtume. Essa comunidade apresenta características tradicionais, tendo em vista que desde o seu surgimento até os dias atuais, as famílias foram recriando laços de parentescos e mantendo formas de interação com o rio. Precisamos respeitar as famílias ribeirinhas que estão lá há mais de 70 anos”, ressaltou a deputada.

É interessante dizer que a aprovação de tal projeto beneficiaria muita gente, os próprios moradores reforçaram isso. O quão importante seria esse reconhecimento de Patrimônio Histórico da Paraíba.

“Precisamos que esse projeto seja aprovado, pois ter o Porto do Capim reconhecido como patrimônio fortalecerá a nossa identidade cultural. Temos certeza que a aprovação é o caminho para manter viva a nossa história e raízes” ressaltou Adriana Lima, moradora do Porto do capim há 32 anos na época.

¹⁹ <https://turismoemfoco.com.br/v1/2019/06/07/projeto-quer-declarar-porto-do-capim-como-patrimonio-historico-da-paraiba/>

“Cheguei ao porto com 19 anos. Sou índia e venho de um povo que descobriu esse país, e a aprovação desse projeto nos tira da invisibilidade, resgatando uma rica história” reforçou a índia Potira Tabajara, moradora da comunidade há 30 anos.

3.2. Abrace o Porto do Capim. Uma experiência de extensão universidade – comunidade

Outra proposta para a Comunidade Porto do Capim foi desenvolvida no âmbito de uma extensão universitária, o Proext/MEC-Sesu - Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa – PB (Proext Abrace o Porto). Desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, entre 2015 e 2016, o projeto envolveu cerca de vinte professores da UFPB, sendo classificado em primeiro lugar, em nível nacional na linha temática Desenvolvimento Urbano.

Projeto de autoria da professora e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

Segundo o artigo Abrace o Porto do Capim. Requalificação urbana e Direito à Cidade. Uma experiência de extensão universidade – comunidade, inicialmente foi visado abrir uma discussão ampla inserindo a comunidade e a universidade no processo de intervenção urbana já em curso na região do centro histórico de João Pessoa, e logo após juntar recursos para a elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos tendo a participação dos moradores da comunidade, ou seja, de modo participativo, apoiando ações pelo direito a cidade. Tendo como principal objetivo ampliar a participação da comunidade Porto do Capim nas decisões e projetos para área em questão.

É entendido que para todo e qualquer projeto de intervenção, tendo ele tendências econômicas, políticas ou urbanísticas é preciso tensionar a noção de participação nos processos desses projetos.

“Esse tensionamento é possível, sobretudo por meio de novas e diversas ferramentas de abordagem da cidade, evidenciando as articulações do campo da arquitetura e do urbanismo com áreas correlatas como antropologia, sociologia, geografia, direito, história e artes, para refletir sobre a importância da ampliação da ação, da experiência e da participação como fundamentos imprescindíveis aos projetos urbanísticos em áreas públicas na cidade contemporânea”.

E como já mencionado anteriormente a comunidade Porto do Capim teve sua formação ao longo dos anos, começando por volta da década de 1950, após o estado de negligência e abandono da região provocado pela transferência da função portuária para o municio de Cabedelo. Passando a abrigar comerciantes, lavradores, ambulantes, mecânicos de automóveis, prostitutas e em especial, os pescadores.

“No âmbito de nossas pesquisas enquanto bolsista PQ/CNPq (desde 2010) e como parte da equipe que coordenou o Proext/UFPB (2015), temos analisado esta área e sua população destacando as ações e conflitos recentes no processo de gestão e participação da sociedade civil como parte da problemática mais ampla da (re)produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa. Tratam-se de ações deslançadas desde 2011 e acirradas em 2015 após a tentativa de implantação autoritária do “Projeto Novo Porto do Capim”, como parte de um programa de intervenção no Centro Histórico da cidade de João pessoa (PB), capitaneado pela Prefeitura Municipal com recursos aprovados pelo PAC-Cidades Históricas. Dentre diversos aspectos polêmicos do Projeto da PMJP de intervenção no Porto do Capim, destacamos a gentrificação, a turistificação, a banalização e a espetacularização expressas desde os pressupostos do referido projeto, centrado na previsão de remoção de uma comunidade ali residente e implantação de uma arena de eventos e um parque ecológico” (Scocuglia, 2018, p. 4-5).

Foram apontadas as parcerias universidade-comunidade feitas anteriormente ao Proext Abrace o Porto. Tratava-se de uma forma de aproximação entre a comunidade acadêmica e os moradores da comunidade Porto do Capim, e mais adiante nos desdobramentos quanto à execução do programa de extensão.

Dentre as parcerias entre universidade-comunidade destaca-se a Comissão Porto do Capim em Ação, criada em 2011 pelos moradores, para os moradores, a fim de proteger a comunidade das muitas ações vindas da Prefeitura Municipal de João pessoa.

Articulados à Fundação Casa de Cultura da Companhia da Terra, ao Programa de Extensão “Subindo a Ladeira” também da Universidade Federal da Paraíba e a diversos outros “movimentos urbanos insurgentes”: Varadouro Cultural, João Pessoa Que Queremos, Amigos da Natureza, o movimento SOS Patrimônio Histórico, o Museu do Patrimônio Vivo, o Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB) e a ONG Porta do Sol, esta última localizada na própria comunidade e remanescente dos movimentos da década de 1990. Esses moradores (no caso, moradoras), posteriormente, formaram a Associação de Mulheres (no final de

2013). Essas entidades foram paulatinamente ampliando a participação nos anos seguintes e, em 2015, essa rede passou a contar com o Proext/UFPB – Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim com financiamento e aval do Ministério da Educação/Sese (Scocuglia, 2018, p. 5).

Ainda segundo o referido artigo aqui apresentado, foi a partir do projeto de extensão *Abrace o Porto do Capim*, a partir desse movimento em rede, tendo a participação de inúmeras pessoas que a Comunidade Porto do Capim passou a reagir às ameaças de remoção, e lutar pelo direito a moradia, ou seja, a permanência na área, tornando assim protagonista do processo de requalificação já em curso, participando de debates, audiências, seminários, programas de rádio, entre outros, que acabou por desencadear uma luta por reconhecimento.

O que não aconteceu anos depois, em 2019, no caso a Comunidade Porto do Capim estar por dentro dos debates acerca da região onde vivem. Não houve transparência por parte da prefeitura para com a comunidade.

O Proext *Abrace o Porto* se estruturou como uma proposta a ser realizada em parceria com a comunidade, visando o fortalecimento das ações comunitárias na sua luta pelo direito de se manter na área que historicamente ocupa. Para atingir esse objetivo e tendo em vista a complexidade e interdisciplinaridade da problemática, foram definidos cinco subprojetos: 1. Assistência Técnica pra Melhoria da Habitação, 2. Assistência Jurídica, 3. Educação Patrimonial e Ensino de História, 4. Memória e Documentação e 5. Requalificação Urbana e Ambiental. Todos são marcados por uma profunda inter-relação e complementação dos saberes formais e informais, voltados para auxiliar na compreensão da realidade em suas múltiplas facetas, além de promover o encaminhamento de soluções para cada um dos aspectos abordados (Scocuglia, 2018, p. 7).

Há princípio, as iniciativas individuais e coletivas de pesquisa e extensão universitária, que foram sendo desenvolvidas tanto por docentes como discentes foram reunidas na Comunidade Porto do Capim, ao longo dos anos. Assim, tendo muito mais conhecimento sobre a área em questão, e sobre outras áreas do conhecimento, graças às demandas comunitárias, implicando em um compartilhamento de saberes entre comunidade e universidade.

O Programa também recebeu o apoio de várias instituições e laboratórios, que contribuíram com ações e informações para subsidiar o desenvolvimento dos projetos, tais como, a capacitação da equipe de extensionistas e a disponibilidade de dados estatísticos

e técnicos sobre a área em questão. Entre as instituições podemos destacar; a Universidade Federal da Bahia por meio de docentes do curso de residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – AU+E/UFBA; o Escritório Modelo dos Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB – TRAMA e o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (Scocuglia, 2018, p. 7).

As atividades do Proext Abrace o Porto tiveram início em 2015, com um seminário integrador, tendo a participação da comunidade, dos pesquisadores e estudantes interessados e também de órgãos públicos que estavam envolvidos com o projeto, órgãos esses que representavam os interesses da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Dispondo como objetivo principal discutir questões que levassem há novos caminhos. Em consequência a esse evento tiveram manifestações em defesa da comunidade, assinado pela equipe do Proext e divulgado em maio de 2015. Logo após professores e estudantes que integravam a equipe do Proext/UFPB foram a público declarar seu interesse em articular um diálogo para a construção de um projeto mais justo e que respeitasse os direitos dos moradores da Comunidade Porto do capim, e claro, tendo sua participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos nos perguntar: é realmente necessária a remoção? Porque não viabilizar um projeto de integração da área central da cidade com o Porto do Capim? Muitas perguntas foram feitas desde a divulgação do projeto.

Acreditamos que a possível remoção das pessoas que residem no Porto do Capim teria um impacto muito grande na vida delas, a começar pelo fato de que existem mais de 05 gerações morando naquela região. Os moradores da comunidade possuem uma relação afetiva com a localidade, a maioria trabalha perto de onde mora, e muitos dos moradores tiram seu sustento através da pesca, Há proximidade do Rio Sanhauá facilita bastante esse meio de sustento da população.

Infelizmente a realidade da comunidade Porto do Capim não é muito diferente da realidade de outras comunidades que existem no nosso país. Famílias moram de forma desordenada em áreas precárias, existe um grau alto de comprometimento da salubridade, entre outras coisas que são de suma importância para a saúde dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vera Lúcia. **As Transformações na Paisagem do Porto do Capim: Leitura de uma paisagem urbana.** 2006. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.

BRAGA, Emanuel. MORAES, Carla Gisele. **Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB.** Revista. Ñaduti. Dourados: UFGD, 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5348>> Acesso em maio de 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o Código Civil. **Código Florestal:** seção 2, Brasília. 2012.

Decreto presidencial reconhece existência formal das populações tradicionais. **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/3861-decreto-presidencial-reconhece-existencia-formal-das-populacoes-tradicionais>>. Acesso em: 1 de set. de 2020.

Entenda processo de revitalização e retirada de famílias do Porto do Capim em João Pessoa. **G1,** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>>. Acesso em: 25 de mar. De 2020.

Estudo alternativo para o Porto do Capim e entorno – João Pessoa – PB. **Marco Suassuna arquiteto e associados.** Disponível em: <https://marcosuassuna.com/projetos/urbanismo/estudo_porto_capim.html>. Acesso em: 31 de ago. de 2020.

Famílias do Porto do Capim, em João Pessoa, são notificadas para desocupar casas. **G1,** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/19/familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-sao-notificadas-para-desocupar-casas.ghtml>> Acesso em: 21 de jul. De 2020

GONÇALVES, Regina Célia. A Comunidade do Porto do Capim e sua luta. In: **Brasil de Fato.** 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/a-comunidade-do-porto-do-capim-e-a-sua-luta/>>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

JARDIM. Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.** Vol. 02. 1910

Moradores do Porto do Capim em João Pessoa protestam e prefeito confirma remoção. **G1**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/21/moradores-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-protestam-e-prefeito-confirma-remocao.ghtml>>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

Nota técnica conjunta a respeito do projeto de intervenção urbana “Parque Ecológico Sanhauá”, em João Pessoa, Paraíba. **CAU/PB**. 2019. Disponível em: <<https://www.caupb.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Nota-Te%CC%81cnica-Conjunta-CEAU-Parque-Ecolo%CC%81gico.pdf>>. Acesso em: 18 de set. de 2020.

OLIVEIRA, Matheus H. de S. Genuino; SILVA, Juliana Candido. **Um olhar geográfico sobre a história de João Pessoa**. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luis: AGB, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468204178_ARQUIVO_ArtigoENG.pdf> Acesso em maio de 2020.

Pare, olhe e escute. O Porto do Capim resiste. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/08/31/artigo-or-pare-olhe-e-escute-o-porto-do-capim-resiste>> Acesso em: 21 de mai. De 2020.

O que é Gentrificação e por que você deveria se preocupar com isso. **COURB – Instituto de Urbanismo Colaborativo**. 2016. Disponível em: <<http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

Projeto quer declarar Porto do Capim como Patrimônio Histórico da Paraíba. **Turismo, negócios & cultura**. Disponível em: <<https://turismoemfoco.com.br/v1/2019/06/07/projeto-quer-declarar-porto-do-capim-como-patrimonio-historico-da-paraiba/>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

SÁ, Nirvana L. A. Rafael. **A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854 - 1912)**. 2009. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2009.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Abrace o Porto: experiência de participação universidade-comunidade**. Artigo, São Carlos, n. 17, 2018.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio Leal; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; VAINER, Carlos; COSENTINO, Renato;

MEDEIROS, Mariana; MONTEIRO, Poliana. **Viva A Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

Vídeo mostra como será o Parque Ecológico Sanhauá. **Portal Correio**. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/video-mostra-como-vai-ficar-area-do-parque-ecologico-sanhaua-veja/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

Vídeo da *live* Porto do Capim pós pandemia. **Urbanidade João Pessoa**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mkg9GG3b8vk&t=1712s>>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

ZANCHETTI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Cadernos De Estudos Sociais**. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1312>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>> Acesso em: 21 de jul. de 2020.